



Eco Securitizadora de Créditos S.A.

Demonstrações Financeiras

Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição da
Companhia) a 31 de dezembro de 2023
Com relatório dos auditores independentes

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Demonstrações financeiras

Período de 30 de agosto de 2023 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023.

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Informações financeiras auditadas

Balanços patrimoniais.....	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto).....	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias.....	12

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Eco Securitizadora de Créditos S.A
São Paulo – SP

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Examinamos as demonstrações financeiras da **Eco Securitizadora de Créditos S.A** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa para o período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Eco Securitizadora de Créditos S.A** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incerteza na realização dos recebíveis

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4, os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de relações comerciais, financeiras e/ou mercantis, que podem ou não estar adimplidos quando de sua cessão, desde que possuam um prazo de vencimento compatível com a Data de Vencimento da Operação. Devido à natureza desses recebíveis, os valores, quando efetivamente realizados, poderão diferir dos estimados em 31 de dezembro de 2023. Nossa opinião não foi modificada em função deste assunto.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

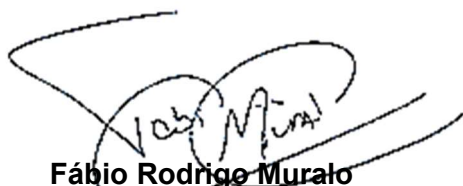
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024.

Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-031.269/O-1



Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Eco Securitizadora de Créditos S.A** (“**Companhia**”), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 30 de agosto de 2023.

A Companhia tem por objeto social (i) a aquisição e securitização de quaisquer Créditos Mercantis originados por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios, direta ou indiretamente (“Direitos Creditórios”); (ii) a emissão e colocação privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados de derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos.

Na 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografia, sem Garantia, em Série Única, para Colocação Privada, da Companhia, foram emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil Reais) totalizando R\$ 100.000 (cem milhões de Reais), em 07 de dezembro de 2023.

Foram integralizadas o total de 11.260 (onze mil duzentos e sessenta) debêntures até 31 de dezembro de 2023.

A emissão é formada por uma única Série com vencimento previsto para 07 de dezembro de 2033.

O valor Nominal das Debentures, não é objeto de atualização e nem de remuneração. As Debentures farão jus a um prêmio de performance, avaliado por um comitê de gestão.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de março de 2024.

2.2. Base de apresentação

As presentes demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB).

As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais- Continuação

2.2. Base de apresentação--Continuação

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i)** Custo amortizado;
- (ii)** Valor justo por meio do resultado;
- (iii)** Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis materiais-- Continuação

2.8. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC

A Companhia não adotou antecipadamente os seguintes pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC, que já foram emitidos e ainda não estão vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um <i>Sale and Leaseback</i> (Transação de venda e retroarrendamento).	Alterações para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	01/01/2024
Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante.	(equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro e doze meses.	01/01/2024
Alterações ao IAS 7 e IFRS 7: Acordos de financiamento de fornecedores	Alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.	01/01/2024

A Administração está avaliando potenciais impactos e, neste momento, não se espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as informações financeiras da Companhia em períodos futuros. Quaisquer impactos identificados serão devidamente divulgados nas demonstrações financeiras, conforme necessário.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2023
Caixa e bancos conta movimento	1
Aplicações financeiras (a)	191
Total	192

- (a) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em CDB e são remuneradas a uma taxa mensal de 99% do DI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Recebíveis

a) Descrição dos direitos creditórios adquiridos

Os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia são oriundos de relações comerciais, financeiras e/ou mercantis, que podem ou não estar adimplidos quando de sua cessão, desde que possuam um prazo de vencimento compatível com a Data de Vencimento da Operação.

Os recursos líquidos captados pela Companhia por meio da integralização das Debêntures serão utilizados, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o vencimento e/ou resgate antecipado das Debêntures, para aquisição dos Direitos Creditórios e para custeio das Despesas da Emissão.

b) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios

Os direitos creditórios são adquiridos pela Companhia sem coobrigação do Cedente, de acordo com o Contrato de Cessão.

c) Composição dos recebíveis

Descrição	31/12/2023
Direitos Creditórios	11.000
Total	11.000

d) Aval

Os Direitos Creditórios foram cedidos sem coobrigação para Companhia, portanto não contam com Aval ou fiança.

e) Cessão fiduciária dos recebíveis

Não houve Cessão fiduciária nessa operação.

f) Regime fiduciário

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Lei nº 14.430, a Companhia instituiu, em caráter irrevogável e irretratável, o regime fiduciário sobre os Direitos Creditórios e a Conta Centralizadora do Patrimônio Separado, os quais integram patrimônio separado constituído em favor dos Debenturistas, e administrado pela Companhia.

g) Procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos incluindo a execução de garantias e custos envolvidos

A Sra. Mônica Pires Torres, inscrita na OAB/BA sob nº 35.103 é a responsável pela cobrança judicial e extrajudicial, e pela regularização processual de eventuais ações judiciais afeitas aos Direitos Creditórios adquiridos pela Emissão.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Recebíveis--Continuação

h) Eventos de pré-pagamento ocorridos durante o exercício e o impacto sobre o resultado e a rentabilidade dos investidores

Pré-pagamentos não afetam a rentabilidade dessa operação, visto que a remuneração dela é baseada em Prêmio e Amortização Extraordinária.

i) Informações sobre a aquisição substancial ou não dos riscos e benefícios da carteira

A operação adquire praticamente todos os riscos e benefícios do direito creditório, visto que os direitos creditórios da carteira da operação podem ou não estar adimplidos, sendo necessário o pagamento por parte dos devedores.

j) Provisão para Dação em Pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da Securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira líquida), e pelos valores líquidos das debentures e outras obrigações existentes nesta transação.

k) Perdas Estimadas para Crédito de Liquidação Duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa a serem constituídos segue a régua de PECLD da Ferratum (originadora dos Direitos Creditórios), que define e estabelece os critérios de classificação dos créditos da operação em virtude do entendimento da Administração de tratar-se de um expediente prático extremamente aderente a operações de crédito, aceito para fim de estabelecimento das perdas esperadas de acordo com o CPC nº 48, de que a Companhia possua bases próprias para a determinação do comportamento de sua carteira de crédito.

A avaliação da necessidade de alterações na PECLD é realizada mensalmente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não há constituição de PECLD.

l) Provisão para dação em pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da Securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira líquida), e pelos valores líquidos das debentures existentes nesta transação.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Debêntures

5.1. Condições da escritura

Na 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Quirografia, sem Garantia, em Série Única, para Colocação Privada, da Companhia, foram emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil Reais) totalizando R\$ 100.000 (cem milhões de Reais), em 07 de dezembro de 2023.

Foram integralizadas o total de 11.260 (onze mil duzentos e sessenta) debêntures até 31 de dezembro de 2023.

A emissão é formada por uma única Série com vencimento previsto para 07 de dezembro de 2033.

O valor Nominal das Debentures, das duas emissões, não é objeto de atualização e nem de remuneração. As Debentures farão jus a um prêmio de performance, avaliado por um comitê de gestão.

De acordo com a Escrituração das Debêntures, a administração da Companhia visa captar recursos no montante de R\$ 100.000 (cem milhões de Reais) com a integralização de 100.000 (cem mil) Debêntures, observado o disposto na Escritura a respeito da possibilidade de distribuição parcial, sendo:

(i) A 1ª Emissão será composta por 100.000 (cem mil) Debêntures.

a) Remuneração

O valor Nominal das Debentures não é objeto de atualização e nem de remuneração. As Debentures farão jus ao um prêmio de performance que será avaliado por comitê de gestão.

b) Risco de crédito

Os direitos creditórios a serem adquiridos poderão não ser performados, o que poderá acarretar na insuficiência da Garantia quanto ao pagamento integral das debêntures.

As partes acordam que os pagamentos das debêntures dependerão exclusivamente da performance dos diretos creditórios a serem adquiridos pela emissora.

c) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa

Quando da aquisição dos direitos creditórios, a administração da Companhia irá efetuar as provisões de crédito de liquidação duvidosa em montantes que estimem sua realização.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Debêntures--Continuação

5.1. Condições da escritura--Continuação

d) Provisão para Dação em Pagamento

A provisão para Dação em Pagamento foi constituída com base em evento futuro de dação de todo o produto adicional da Securitizadora para os investidores. O cálculo é composto pelo ativo total da companhia (caixa existente para a proteção dos investidores, fundo de reserva e carteira líquida), e pelos valores líquidos das debentures existentes nesta transação.

Na hipótese de não realização dos direitos creditórios adquiridos pela Securitizadora a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário (Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) deverá convocar assembleia geral de debenturistas para comunicação de tal evento e aprovação de plano de ação a ser executado pela Securitizadora, que poderá incluir entre outras medidas (i) Cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) Alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) Resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) Aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outros.

5.2. Composição das obrigações com debêntures

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo das debêntures está assim apresentado:

Descrição	31/12/2023
1ª Emissão - Série Única	11.260
Subtotal	11.260
Prêmios a pagar (Vide Nota Explicativa 8)	(72)
Subtotal (i)	(72)
Total (ii)	11.188

- (i) Em 31 de dezembro de 2023, o saldo corresponde ao resultado acumulado da operação até a presente data, os quais serão repassados aos debenturistas ao término da operação;
- (ii) As parcelas do passivo não circulante têm seus vencimentos em 2033.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Patrimônio líquido

6.1. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Eco Securitizadora de Créditos S.A., em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 500 (quinhentos Reais), divididos em 500 (quinhentas) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social estava totalmente integralizado pelos seus acionistas no montante de R\$ 500.

6.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

6.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 10% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

7. Provisão para contingências

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2023 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

8. Receitas operacionais

Em 31 dezembro de 2023, as receitas operacionais estão assim compostas:

Descrição	De 30/08/2023 a 31/12/2023
Reversão de prêmios das debêntures (Vide Nota Explicativa 5.2)	72
Total	72

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

9. Custos gerais

Em 31 dezembro de 2023, os custos estão assim compostos:

Descrição	De 30/08/2023 a 31/12/2023
Consultoria	(36)
Cartório	(10)
Honorários advocatícios	(22)
Total	(68)

10. Despesas gerais e administrativas

Em 31 dezembro de 2023, as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	De 30/08/2023 a 31/12/2023
Anúncios e publicações	(2)
Total	(2)

11. Despesas tributária

Em 31 de dezembro de 2023, as despesas tributárias estão assim compostas:

Descrição	De 30/08/2023 a 31/12/2023
Societário e paralegal	(3)
Total	(3)

12. Receitas financeiras

No exercício de 31 dezembro de 2023, as receitas financeiras estão assim compostas:

Descrição	De 30/08/2023 a 31/12/2023
Rendimento de aplicações financeiras	1
Total	1

13. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

13.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 31 de dezembro de 2023 são descritos a seguir:

- **Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3):** O valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Declaração dos diretores

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

15. Relação com os auditores

A Empresa de auditoria independente por nós contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

16. Eventos subsequentes

O Conselho Monetário Nacional ("CMN") divulgou no Diário Oficial da União, em 2 de fevereiro de 2024, a Resolução 5.118 (alterada pela Resolução CMN n. 5.121/2024), que trata do lastro dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRAs") e Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRIs") emitidos por companhias securitizadoras. De maneira ampla, houve uma diminuição nos tipos de lastro que podem ser utilizados para a emissão desses certificados de recebíveis.

O que está determinado nas resoluções não terá efeito sobre as transações em que os títulos já tenham sido emitidos, nem sobre as ofertas públicas de distribuição cujo registro tenha sido requerido na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) antes da publicação das resoluções. Contudo, as novas normas serão válidas para as ofertas de CRI e CRA que tenham suas datas de vencimento adiadas.

Dentro do que é estabelecido, as resoluções determinam que os CRAs e CRIs não devem ter como lastro títulos de dívida emitidos por Companhias abertas ou partes relacionadas à Companhias abertas, a menos que o principal setor de atividade da Companhia aberta seja imobiliário ou do agronegócio, dependendo do caso, para os CRIs ou CRAs, respectivamente.

Seguindo o que está estabelecido, o termo "segmento predominante" de uma Empresa será aquele que contribui com mais de dois terços do total de sua receita consolidada, conforme o registrado nas respectivas demonstrações financeiras do ano anterior.

Desta forma, a partir de 02 de fevereiro de 2024, apenas companhias relacionadas diretamente com o agronegócio ou o mercado imobiliário têm permissão para emitir esses papéis de renda fixa. Fica proibida a emissão de CRIs e CRAs que tenham como garantia títulos de dívida emitidos por empresas de setores distintos, como o de saúde, varejo e locação de veículos, que, nos últimos anos, se beneficiaram da possibilidade de se encaixar com os recursos provenientes desses papéis para realizar a emissão de CRIs e CRAs.

Eco Securitizadora de Créditos S.A

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias
Período de 30 de agosto de 2023 (Data de constituição) a 31 de dezembro de 2023
(Valores em Milhares de Reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Eventos subsequentes--Continuação

A Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") adota o conceito de "partes relacionadas" conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico 5 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, o qual define como partes relacionadas àquelas em que: Uma controla a outra, de forma direta ou indireta; Existe controle comum; Uma demonstra interesse na outra e tem influência significativa; ou Pessoas chave da administração da entidade ou da controladora, bem como membros próximos da família de qualquer indivíduo que seja parte relacionada.

As resoluções também determinam que os CRAs e CRIs não podem ter como lastro títulos de dívida de instituições financeiras ou entidades reguladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou suas partes relacionadas. De acordo com o artigo 3º, inciso II dessas resoluções, os CRAs e CRIs também não podem ser: baseados em direitos creditórios resultantes de transações entre partes ligadas; ou Originados de operações financeiras cujos fundos sejam utilizados para reembolsar despesas.

No que se refere ao último ponto, apesar da redação das resoluções levantar questões ao mencionar "operações financeiras" - um termo amplo e não definido nas resoluções, a interpretação do regulamento indica que a estruturação de emissões de CRIs e CRAs, cujos direitos de crédito tenham como lastro dívidas destinadas, em parte ou no todo, ao reembolso de despesas incorridas pelo devedor do lastro antes da emissão dos respectivos certificados de recebíveis (CRI/CRA de reembolso) está proibida.

Por fim, é importante ressaltar que a administração da Companhia está atenta às mudanças regulatórias e de mercado, buscando sempre estar em conformidade com as novas normas e adaptar suas estratégias conforme necessário. Entretanto, a Companhia informa, conforme amplamente demonstrado, que não realiza a emissão de CRIs e CRAs, mas está atenta a todas as mudanças regulatórias.